



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639067 - SP (2021/0004486-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARIA CRISTINA HERRADOR RAITZ E OUTRO
ADVOGADOS : EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA - SP130403
MARIA CRISTINA H RAITZ CERVENCOTE - SP124671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO MARCOS DA COSTA (PRESO)
CORRÉU : ANDERSON DE OLIVEIRA HOTERO
CORRÉU : AUGUSTO CESAR PORTILHO MENDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO MARCOS DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2295905-19.2020.8.26.0000 - e-STJ fls. 170-171).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ocorrência de flagrante ilegalidade, diante da ausência de reconhecimento da prescrição executória da pena. Aduz que, tendo o Ministério Público sido intimado da sentença em audiência de instrução e transcorrido o prazo sem que houvesse apelação, sobreveio o trânsito em julgado no dia 5/10/2016. Nesse contexto, defende que já teria se passado o período de 4 anos, necessário ao implemento da prescrição executória da pena.

Requer, liminarmente e em definitivo, seja determinado ao Juízo da Vara de Execução Criminal da Comarca de Sorocaba, que reconheça a prescrição penal executória, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente DIEGO MARCOS DA COSTA e contra mandado de prisão em favor de AUGUSTO CÉSAR PORTILHO MENDES, com a extinção da pena em favor de DIEGO MARCOS DA COSTA, AUGUSTO CÉSAR PORTILHO MENDES e ANDERSON DE OLIVEIRA HOTERO.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente